



NOTA PÚBLICA

Manifestação da ABCiber ao Ministério Público Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral

A **Associação Brasileira de Pesquisadores de Cibercultura (ABCiber)**, entidade científica e cultural fundada em 2003 e com domicílio na cidade de São Paulo, manifesta a sua preocupação com os rumos do chamado combate às *fake news* em nosso país.

Ao se instituir uma instância que se comporte como detentora absoluta da verdade, corremos o risco de implantar um autoritarismo fantasiado que esconde a escolha de discursos aceitos por grupos poderosos e instâncias que buscam suprimir a crítica e o protesto, recursos legítimos e garantidos pela Constituição Federal. Por isso, consideramos fundamental denunciar o mito da “objetividade” algorítmica.

Preocupa-nos muitíssimo que plataformas privadas de relacionamento *online*, que arremendam grande parte do debate público, pratiquem a censura privada de discursos ou o controle daquilo que pode ou não ser amplamente visto e conhecido. Não aceitamos que tais plataformas estejam acima de nossa Constituição e do próprio Marco Civil da Internet, uma vez que elas contratam grupos que atuarão como censores ou controladores de discursos e da participação.

Essa anomalia jurídica e política se torna ainda mais grave pelo fato de os legisladores brasileiros terem permitido que, no presente ano eleitoral, o “impulsioneamento de conteúdos” e os resultados em mecanismos de busca possam ser comprados por partidos políticos e candidatos, beneficiando claramente o poder econômico e prejudicando o compartilhamento voluntário e espontâneo de conteúdos, a serem portanto cada vez mais minimizados nessas redes sociais. A essa gravidade acresce o fato de tais plataformas serem controladas por diminuto grupo de corporações estrangeiras, com interesses econômicos e políticos no Brasil. Suas operações de controle de visualizações de postagens são realizadas por algoritmos opacos e que não respeitam nossas regras, nem nossa legislação.

Por essas razões, solicitamos que o Ministério Público Federal e a Justiça Eleitoral tomem providências contra a censura privada por parte dessas plataformas, assegurando a todos liberdade de expressão e de visualização de conteúdos – direitos constitucionais –, bem como transparência no debate democrático nas redes, e exigindo que todas as postagens pagas e resultados de buscas patrocinados explicitem o valor efetivamente gasto pelo contratante, tal como já ocorre com os folhetos impressos.

São Paulo, 19 de junho de 2018.

Associação Brasileira de Pesquisadores de Cibercultura (ABCiber)

WWW.ABCIBER.ORG.BR

Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura
PUC-SP – Rua Ministro Godoy, 969, 4. andar, bloco B, sala 4A-08
Perdizes – São Paulo/SP – CEP 05.015-901
abciber@abciber.org.br